

# Fabio Camargo reassume o cargo no Tribunal de Contas

## Fabio Camargo retorna ao Tribunal de Contas

Beneficiado por liminar do STF, o ex-deputado Fabio Camargo reassumiu ontem o cargo de conselheiro do TC. E o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, recuou da ideia de convocar nova eleição para a vaga.

Afastado desde novembro, conselheiro conseguiu uma liminar no STF que o reconduziu à vaga

José Marcos Lopes

O ex-deputado estadual Fabio Camargo reassumiu ontem sua vaga de conselheiro no Tribunal de Contas do Paraná (TC). Ele estava afastado da corte desde o dia 27 de novembro, por determinação da desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça (TJ). Na última sexta-feira, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes concedeu uma liminar reconduzindo o ex-deputado ao TC.

Segundo a assessoria do TC, Camargo reassumiu na manhã de ontem. Amanhã, a partir das 14 horas, ele participará da reunião da 2.ª Câmara do tribunal. No dia seguinte, também às 14 horas, tomará parte da sessão do pleno da

corte. De acordo com a assessoria, o ex-deputado teve seu salário de R\$ 25 mil suspenso quando o TJ determinou o afastamento. O conselheiro também devolveu o celular e o veículo cedidos pelo TC.

### Defesa

O advogado de Camargo, Igor Sant'Anna Tamasauskas, avalia que o TJ não levou em conta as prerrogativas de um conselheiro ao determinar o afastamento. "Conselheiro do Tribunal de Contas possui a mesma garantia que qualquer outro magistrado no país, que é de só perder o cargo ou ter seus vencimentos suprimidos por meio de decisão judicial transitada em julgado", afirmou. "Demonstramos ao Supremo que precedentes dele em ações diretas de inconstitucionalidade estavam sendo descumpridas pelo Tribunal do Paraná."

Segundo Tamasauskas, uma possível nova eleição para o cargo de conselheiro também foi apresentada ao STF como argumento. Na semana passada, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), anunciou que apresentaria um projeto anulando parcialmente a eleição em que Camargo foi escolhido, em julho de 2013. A defesa argumentou que a Assembleia não poderia convocar uma nova eleição com base na liminar

que suspendeu o ex-deputado do TC, já que o mérito ainda não foi julgado e a decisão poderia ser revertida.

### O caso

A desembargadora Regina Afonso Portes determinou o afastamento de Camargo por entender que ele não apresentou a documentação necessária para concorrer à vaga de conselheiro do TC, além de não ter obtido o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno. Ele foi eleito para a vaga pela Assembleia em 15 de julho de 2013, em uma disputa com 40 candidatos.

O empresário Max Schrappe, um dos candidatos, ingressou com um mandado de segurança no TJ em 17 de outubro, pedindo a anulação da eleição. Ele argumentou que não pôde concorrer em condições de igualdade, pois o período para pedidos de impugnação de candidaturas teria transcorrido sem que ele tivesse acesso aos documentos apresentados pelos candidatos. Além disso, segundo Schrappe, Camargo apresentou as certidões negativas do 1.º grau judicial, mesmo sabendo que, por ter foro privilegiado, qualquer ação contra ele tramitaria no 2.º grau. O empresário também questionou o número de votos recebido por Camargo.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO CONSEQUÊNCIA

**Mudança no TC faz com que secretário desista de candidatura**

Katna Baran

Exonerado na última sexta-feira, o secretário estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, João Carlos Gomes, foi ontem reconduzido ao cargo pelo governador Beto Richa (PSDB). A pretensão inicial de Gomes, que foi reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, era concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa pelo PSDB e, para se tornar elegível, havia pedido exoneração. Porém, ele desistiu de sair candidato no próximo pleito. Segundo Gomes, a desistência ocorreu porque o deputado Plauto Miró (DEM), representante da região de Ponta Grossa – a mesma que a do secretário – reviu a decisão de não se candidatar à reeleição. A intenção de Miró era de concorrer ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, diante da possível cadeira deixada por Fabio Camargo. Porém, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconduzir Camargo ao cargo de conselheiro, Miró decidiu manter a candidatura a deputado estadual. “Houve um pedido para que eu deixasse meu nome elegível para uma possível candidatura. Mas, com a possibilidade de o deputado Plauto [Miró] ser candidato, não há mais justificativa para que eu saia do cargo”, afirma Gomes. Décio Sperandio, que havia sido nomeado secretário no lugar de Gomes, retorna para a assessoria de planejamento do ensino superior da secretaria.

08 ABR 2014  
GAZETA DO POVO



Fabio Camargo volta a julgar casos do TC a partir de amanhã.

**“Conselheiro do Tribunal de Contas possui a mesma garantia que qualquer outro magistrado no país, que é de só perder o cargo ou ter seus vencimentos suprimidos por meio de decisão judicial transitada em julgado.”**

Igor Sant’Anna Tamasauskas, advogado de Fabio Camargo.

## RECUO DE NOVA ELEIÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), desistiu, ao menos temporariamente, de convocar uma nova eleição para a cadeira de Fabio Camargo no Tribunal de Contas do Estado (TC). O tucano pretendia apresentar ontem um projeto anulando parcialmente o pleito que elegeu o ex-deputado em julho de 2013. No entanto, diante da decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de reconduzir liminarmente Camargo ao TC, Rossoni recuou da ideia. “Vamos aguardar o pronunciamento da Justiça e, pelo que percebo, não deve ser nos próximos dias”, afirmou.

08 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

**Celso  
Nascimento**

**OLHO VIVO**

## **Dois pesos 1**

O que vale para um vale também para outro? Esta é a pergunta sobre a qual se debruçavam alguns juristas, ontem, quando confrontados com a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, de devolver a Fabio Camargo a cadeira do Tribunal de Contas da qual estava afastado por liminar do Tribunal de Justiça. Segundo Gilmar Mendes, "a garantia de vitaliciedade estende-se aos conselheiros das Cortes de Contas estaduais, razão por que a perda de seus cargos somente poderá ser decretada por decisão transitada em julgado".

## **Dois pesos 2**

O entendimento do ministro do STF teria potencial para atingir outro caso de afastamento: o do conselheiro Maurício Requião, que ainda depende de decisão judicial final e irrecurável. A eleição de Maurício foi anulada por um decreto legislativo baixado em 2011 pelo presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, que em seguida convocou a eleição que levou o ex-procurador Ivan Bonilha a ocupar a mesma cadeira. O ato ainda pende de decisão judicial.

## **Dois pesos 3**

Rossoni se preparava para repetir a mesma medida: na última quarta-feira ele anunciou que também decretaria a nulidade da eleição de Fabio Camargo com base na liminar do TJ que reconheceu irregularidades no pleito. A decisão de Gilmar Mendes, na sexta-feira, não deu tempo para Rossoni cumprir a promessa. Camargo reassumiu ontem no TC e lá ficará enquanto não houver decisão de mérito.

08 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## REDE ESTADUAL

### **Liminar determina volta de servidores ao trabalho**

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) anunciou ontem que a greve dos trabalhadores da rede estadual de saúde foi considerada ilegal por uma decisão liminar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), proferida na última sexta-feira. Na decisão, do juiz determinou que os grevistas voltassem ao trabalho imediatamente e proibiu atos que obstruíssem o acesso ao trabalho. A multa diária em caso de descumprimento é de R\$ 50 mil. O Sindsaúde, sindicato da categoria, confirmou que recebeu a notificação, mas diz que ela só proíbe piquetes.

O entendimento do sindicato é de que a greve continua até que haja uma ordem expressa determinando o contrário. "Fomos notificados de que não podemos fazer piquete. A decisão liminar que recebemos não fala nada de legalidade. Não sabemos qual documento a Sesa teve acesso que fala que a greve é ilegal", afirma a diretora do Sindsaúde, Elaine Rodella.

08 ABR 2014

GAZETA DO POVO

# Vargas se licencia da Câmara; caso é remetido ao STF

Supremo comandará investigações sobre relações entre o deputado e o doleiro Alberto Youssef. Pressionado, parlamentar se afasta por 60 dias do mandato

**BRASÍLIA**

*Das agências*

Pressionado pelas denúncias de que teria negócios com o doleiro preso pela Polícia Federal (PF) Alberto Youssef, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), pediu ontem licença por 60 dias do mandato e do cargo na mesa executiva da Casa. Já a Justiça Federal remeteu ao Supremo Tribunal Federal (STF) todos os documentos da Operação Lava Jato que ligam Youssef a Vargas. Como deputado, Vargas tem direito a foto privilegiado no STF e uma eventual investigação contra ele tem de ser comandada pelo Supremo.

No pedido de licença do mandato e do cargo de vice-presidente da Câmara, Vargas

alegou “motivos pessoais”. Em nota de esclarecimento divulgada pela sua assessoria, argumentou que quer “preservar a instituição da qual faz parte, a Câmara dos Deputados, enquanto prepara sua defesa diante do massacre midiático que está sofrendo, fruto de vazamento ilegal de informações”.

A assessoria do deputado destacou ainda que Vargas “segue à disposição dos órgãos competentes para prestar quaisquer esclarecimentos que se façam necessários”. “O deputado reafirma seu compromisso com sua história política e sua luta em defesa do povo paranaense e do Brasil, sempre”, conclui a nota.

## Relações suspeitas

O doleiro Alberto Youssef já havia sido condenado pelo escândalo do Banestado — por meio do qual houve remessas de dinheiro ilegais para o exterior. No mês passado, foi preso pela PF sob acusação de participar de um esquema que lavou R\$ 10 bilhões. Recentemente, foi revelado que ele e Vargas tinham uma relação muito próxima. O avião particular em que Vargas viajou de férias de Londrina para João Pessoa (PB) em janeiro, por exemplo, foi pago pelo doleiro. Estima-se que o custo da viagem foi de R\$ 100 mil.

Nas investigações da

Operação Lava Jato, foram obtidas ainda mensagens de celular entre Vargas e Youssef que levantam a suspeita de que o deputado fazia lobby no governo a favor de negócios suspeitos do doleiro — como no caso de um contrato de R\$ 150 milhões para fornecimento de remédios do laboratório Labogen para o Ministério da Saúde. Em uma das mensagens trocadas entre os dois, o doleiro afirma a Vargas que o negócio poderia lhes trazer “independência financeira”.

Na semana passada, Vargas negou que tenha agido de forma ilegal. Mas reconheceu que conhece Youssef há 20 anos. Também disse estar arrependido de ter viajado num jato fretado pelo doleiro.

## Procuradoria

Caberá ao STF encaminhar o caso de Vargas à Procuradoria-Geral da República, que decidirá se pede ou não abertura de investigação. A Justiça Federal, que decidiu remeter o caso ao Supremo, considerará que há “elementos probatórios que apontam para relação entre Youssef e o deputado”. Apesar disso, a Justiça avalia que ainda é prematura afirmação de que o relacionamento entre o doleiro e Vargas “teria natureza criminosa”. Apenas a parte relativa ao parlamentar da Operação Lava Jato seguirá para o STF.

08 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

PAIXÃO

YOUSSEF  
PODE ME VIABILIZAR  
UM JATINHO,  
TENHO 60 DIAS  
DE FOLGA.



08 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Proibir campanha antecipada é hipocrisia, diz Dias Toffoli

Dias Toffoli assume o TSE em maio e vai comandar as eleições deste ano.

### ENTREVISTA

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, ministro do STF e futuro presidente do TSE.

**P**restes a assumir em maio a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Antonio Dias Toffoli acredita que a legislação "tutela" o eleitor e engessa o debate político no país. Para ele, é uma "hipocrisia" proibir partidos e candidatos de pedirem votos antes do início oficial da campanha.

**O sr. disse em palestra sobre o golpe de 1964 que os militares se afastaram do povo na ocasião, deixando de exercer uma espécie de poder moderador que tinham. O Exército tinha a confiança popular?**  
Tinha. A partir da Revolução de 1930 (movimento armado que pôs fim à chamada República Velha), todos os partidos procuravam os militares. Onde é que o Luís Carlos Prestes foi buscar apoio para a Intentona [Comunista, em 1935, que pretendia derrubar Getúlio Vargas]? No interior dos quartéis. A esquerda e a direita no Brasil têm medo de povo.

**O sr. está falando do presente ou do passado?**

Ainda há muitos resquícios desse medo do povo. Veja as decisões na área da Justiça Eleitoral. Em grande parte prevalece a ideia de que o povo não sabe votar. E aí? Cassam o voto do povo. Isso é uma tutela. É o discurso moral de alguma autoridade que acha que sabe, melhor do que o povo, o que é melhor para o povo. Veja a questão da propaganda eleitoral antecipada. Também é tratada como se fosse para enganar o povo.

**O sr. é a favor da propaganda antecipada?**

Sou a favor da propaganda, do debate político. Por que um debate num sindicato ou associação é considerado propaganda antecipada e é proibido? Ao mesmo tempo, toda semana aparece uma pesquisa eleitoral com os nomes dos pré-candidatos. É uma hipocrisia sem tamanho. É a ideia de achar sempre que o povo vai ser tutelado. Ora, deixa as pessoas discutirem.

**O debate eleitoral, com as regras atuais, está engessado?**

Totalmente. Poderia ser mais aberto.

**O sr. [que votou contra o financiamento eleitoral por empresas no STF]**

**gostaria que essas regras comessem a valer nesta campanha?**

O que eu gostaria é que o Congresso estabelecesse um teto de gastos por campanha. Isso seria um avanço.

**Como vê o argumento de que a proibição do financiamento de pessoas jurídicas beneficiaria o PT, por ser o partido com maior militância e capacidade de arrecadação entre pessoas físicas?**

A única coisa que beneficia algum partido ou candidato é voto. Quanto ao resto, se as regras forem iguais para todo mundo, não há discriminação.

**Se um partido está mais organizado que outro, a mudança de regra não tende a favorecê-lo?**

Ora, o partido vai ser penalizado pelos seus méritos?

**Ministro, o sr. já foi advogado do PT e agora vai presidir o TSE. Há alguma incompatibilidade?**

Você tem que perguntar isso para o Aécio Neves, o Eduardo Campos e a Marina Silva. Não para mim.

**Por quê?**

Ora, o que está no substrato de sua pergunta é uma indecência. É preconceituosa e desrespeitosa. Você não tem legitimidade para me impugnar, nem a mídia. Vá fazer a pergunta para o Aécio, o Eduardo e a Marina, porque eles têm.

08 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Procuradoria pede prisão de ex-diretores da Anac e da TAM

SÃO PAULO  
Agência Estado

A Procuradoria da República pediu pena de até 24 anos de prisão para a ex-diretora da Anac Denise Abreu e para o ex-diretor de segurança da TAM Marco Aurélio de Miranda e Castro como responsáveis pelo acidente aéreo no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com o voo JJ3054, em 2007. Em alegações finais nos autos do processo em curso na Justiça Federal, a Procuradoria pede alteração da imputação penal, de crime culposo para doloso — o que aumentaria a pena máxima de dois para 24 anos.

Segundo a Procuradoria, Denise “chegou a ludibriar uma desembargadora federal e, por consequência, a própria Justiça Federal, para conseguir a liberação da pista principal do aeroporto. Ela afirmou à Justiça que a chamada IS-RBHA 121-189, sobre as condições de pouso em pista molhada, seria uma norma válida e eficaz, quando na verdade era apenas um estudo interno da Anac.”

Com base nesse documento, a Justiça foi convencida a liberar operações na pista, suspensas por decisão judicial de primeira instância, expedida

em caráter liminar pouco tempo antes do acidente.

Segundo a Procuradoria, Marco Aurélio, na condição de diretor de Segurança de Voo da TAM, foi alertado mais de uma vez, por pilotos da empresa, sobre os riscos de operação no aeroporto, mas não deu aos relatos dos pilotos a devida atenção.

### Defesa

O criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, que defende Marco Aurélio, disse que o pedido de condenação “com certeza não será acolhido pela Justiça em face das frágeis alegações do acusador”. Para Mariz de Oliveira, as alegações “não demonstram responsabilidade penal de nenhuma natureza, quer culposa, quer dolosa, por parte do ex-diretor”.

O advogado Roberto Podval, que defende Denise, reagiu com indignação. “Me parece um absurdo ela [Denise] ser a grande responsável pelo acidente. Denise é advogada, não tem nenhum conhecimento técnico sobre aviões, e passa a ser responsável pelo acidente aéreo. Estão usando Denise como bode expiatório.”

## 199 MORRERAM

no acidente do voo TAM JJ3054, no Aeroporto de Congonhas, São Paulo, em 2007.



08 ABR 2014

# GAZETA DO POVO

## Centros de tortura faziam parte da política de Estado

¶ A Comissão Nacional da Verdade apresentou ontem um estudo que aponta 17 centros clandestinos utilizados em todo o país pelas Forças Armadas na ditadura (1964-85) para torturar presos e desaparecer com os corpos dos militantes executados. Elaborado pela historiadora Heloísa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais, o relatório afirma que esses centros faziam parte da política de Estado. Eles eram montados em casas, apartamentos, sítios e fazendas com a participação de militares e, em alguns casos, policiais que atuavam na repressão. A maioria dos imóveis era emprestado por empresários amigos do regime. De acordo com o estudo, todos os centros clandestinos eram de conhecimento dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. Além dos presos que morreram nos locais, o relatório identifica os agentes da repressão que atuaram em cada um deles. "Os centros não eram autônomos, subterrâneos ou controlados por paramilitares. Mas faziam parte da estrutura de inteligência e repressão da ditadura", afirmou Heloísa.

## CBF aguarda parecer da Justiça do Rio para levar caso Lusa ao STJ

¶ A Justiça do Rio define, entre hoje e amanhã, se atende o pedido da CBF para que seja cumprida a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) de punir a Portuguesa com a perda de quatro pontos, que rebaixou o clube à Série B do Brasileiro. O processo, protocolado sexta-feira pela entidade, é uma resposta à liminar conquistada pela Lusa semana passada, que devolveu os pontos e um lugar na elite ao time paulista. A estratégia é conseguir uma liminar no Rio, com o mesmo peso obtida pela Lusa em São Paulo, e gerar o que se chama de "conflito de liminares". Ou seja: tribunais do Rio e de São Paulo com decisões diferentes. A decisão, nesse caso, seria levada para o Superior Tribunal de Justiça, que vai definir qual foro deverá ser respeitado.

## Joaquim Barbosa defende regulação da mídia e crítica falta de diversidade

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, defendeu ontem a criação de um marco legal de regulação dos meios de comunicação. Para o ministro, falta diversidade ideológica e racial a jornais e emissoras de televisão do país. Barbosa negou que a defesa da regulação seja uma forma de censura à imprensa. Afirmou que o marco legal ajudaria juizes a resolver conflitos entre os meios de comunicação e pessoas que se sentiram afetadas por informações difundidas. Para ele, a falta de um marco legal "só serve ao mais forte, a quem tem o poder e o dinheiro". Em seu discurso, Barbosa criticou o que chamou de "falta de diversidade" nos meios de comunicação do Brasil. Para o presidente do STF, a comunicação no país "é muito quadradinha". Barbosa afirmou ainda que o Judiciário deve dar prioridade aos crimes contra jornalistas, por se tratar de um ataque à liberdade de imprensa e expressão.

## PRISÃO PREVENTIVA

A Demafe informou, ontem, que foi decretada a prisão preventiva de Gilson da Silva Teles, Fabio Marques e Julliano Rodrigues, membros da organizada atleticana Os Fanáticos. Eles são acusados da morte de Diego Henrique Raab Gonciero, de 16 anos, da organizada paranista Fúria Independente, em julho de 2012. Todos já cumpriam prisão provisória. Na preventiva, não há prazo para serem libertados. Marques, conhecido por "Barba Ruiva", assumiu a autoria dos disparos após o exame de balística ter apontado que eles saíram de arma pertencente a Rodrigues, o "Suk" – ambos ex-presidentes da Fanáticos.

FOLHA DE LONDRINA  
NA BERLINDA

08 ABR 2014

# Documentos que ligam André Vargas a doleiro são enviados ao Supremo

Justiça Federal encaminha ao STF autos da Operação Lava Jato que vinculam o deputado federal do PT de Londrina a Alberto Youssef, preso sob acusação de lavagem de dinheiro, remessa ilegal de dólar e financiamento ao tráfico de drogas. Caberá agora à Procuradoria Geral da República decidir se pede abertura de inquérito contra Vargas, que criticou “massacre midiático” e entrou de licença da vice-presidência da Câmara. Partidos de oposição ingressam com pedido de investigação no Conselho de Ética contra o petista. Corregedoria da Casa pode apurar denúncias. O próprio PT pretende discutir o caso.

08 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

# STF receberá documentos que ligam doleiro a André Vargas

Decisão da Justiça Federal foi tomada em função das citações do nome do petista nos autos da Lava Jato

Fausto Macedo

Agência Estado

**São Paulo** - A Justiça Federal decidiu enviar ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) todos os documentos dos autos da Operação Lava Jato que ligam o doleiro Alberto Youssef ao deputado federal André Vargas (PT-PR). Na condição de parlamentar, Vargas detém foro privilegiado perante o Supremo, ainda que agora tenha pedido licença do cargo por 60 dias.

Caberá à Corte encaminhar o caso à Procuradoria Geral da República (PGR). A Procuradoria decidirá se pede ou não abertura de investigação contra Vargas. A Justiça considera que entre os diversos fatos investigados foram colhidos "em verdadeiro encontro fortuito de provas elementos probatórios que apontam para relação entre Youssef e o deputado".

A Justiça avalia que ainda é prematura afirmação de que o relacionamento entre o doleiro e André Vargas "teria natureza criminosa". Mas, as

frequentes citações a Vargas nos autos da Lava Jato já são suficientes para o deslocamento dessa etapa do caso para o Supremo.

Atendendo à determinação judicial, a Polícia Federal vai selecionar os "eventuais elementos probatórios e reuni-los em processo apartado" para posterior remessa ao Supremo. A PF tem 10 dias para reunir esses documentos que mostram a aproximação entre o doleiro e o deputado petista.

Apenas a parte relativa ao parlamentar seguirá para o STF. A investigação aponta para crimes de evasão de divisas, "corrupção de empregado público da Petrobras (Paulo Roberto da Costa, ex-diretor de Abastecimento da estatal)" e crimes de lavagem de dinheiro, até com produto do tráfico de drogas. Essa parte dos autos continuará aos cuidados da PF no Paraná.

08 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

# Fabio Camargo volta ao TC; Rossoni desiste de decreto

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - Amparado por uma liminar concedida na última sexta-feira pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Fabio Camargo retomou ontem o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Ele estava afastado desde o dia 27 de novembro de 2013, quando a desembargadora Regina Portes, do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, entendeu que ocorreram irregularidades no processo que elegeu o ex-deputado, inteiramente conduzido pela Assembleia Legislativa (AL).

Segundo o TC, o filho do ex-presidente do TJ Clayton Camargo volta a integrar a 2ª Câmara de Julgamentos, que se encontra amanhã, às 14 horas, e o Tribunal Pleno, cuja próxima reunião está marcada para a quinta-feira, no mesmo horário. O órgão também informou que durante os últimos quatro meses e meio o salário do ex-parlamentar, em torno de R\$ 25 mil, foi suspenso, bem como outros benefícios concedidos a ele.

O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), que pretendia apresentar ontem um decreto propondo a anulação parcial da eleição de Camargo, disse que respeitará a decisão. "Nós

estávamos tomando a medida de anular a escolha do conselheiro baseados numa decisão da Justiça. E agora, baseados numa decisão da Justiça, nós suspendemos a escolha de um novo conselheiro."

Na semana passada, o Órgão Especial do TJ havia negado um agravo regimental proposto pelo ex-deputado, mantendo-o afastado do posto até julgamento do mérito da questão, ainda sem data prevista. A maioria do colegiado, de 25 magistrados, considerou procedente o mandado de segurança de um dos candidatos derrotados no pleito, Max Schrappe, que alegou ausência de quórum qualificado no primeiro turno e inconsistência na apresentação da documentação exigida.

08 ABR 2014

## FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

### Devagar, deputados

Mais uma lição ao açodamento parlamentar na liminar concedida em favor de Fabio Camargo pelo ministro Gilmar Mendes do STF: não esperaram a decisão da mais alta corte do País sobre o pleito de Maurício Requião, ainda sub judice, e escolheram Ivan Bonilha, indicado pelo governador, e agora já se preparavam para aprontar outra na mesma linha. Há ainda no episódio Camargo presunção de que os Três Poderes de Estado articularam a escolha com a montagem do Caixa Único e mais o acesso a depósitos judiciais e isso deu margem a investigação de advocacia administrativa e tráfico de influência, sob análise tanto do STJ como do CNJ. É claro que o Legislativo tentou com mais essa manobra uma queima (ou seria lavagem?) de arquivo, porque ao reprisar a praxe da subserviência quebrou a cara, e quando pretendia festejar a retirada de Fabio Camargo eis que algo mais importante que um fantasma retorna, o apoiado e posteriormente, por uma conveniência, rejeitado, que deu margem a toda questão. Momento portanto de captar a crise de caráter - e isso permanente - dos nossos políticos.

Agora só falta elegerem um outro ou ratificarem o escolhido e de repente pintar uma decisão do STF devolvendo Maurício Requião ao seu posto. Chega a ser risível, mas tem uma certa medida de trágico-bufo em tudo isso.

Aconselha-se que não se precipitem outra vez em suas demandas para não serem punidos, exemplarmente, por atos de "justiça poética".

### Folclore

Se o STF devolver Maurício Requião ao Tribunal de Contas poderemos ter uma situação como a da CBF às voltas com uma decisão judicial favorecendo a Portuguesa de Desportos: refazer as tabelas com 21 times e o coletivo do TC com um ou dois a mais acima do quórum legal. A liminar em favor de Fabio Camargo torna isso bastante possível. Superlotação no serviço público é o normal; nas cadeias, também.

08 ABR 2014

## FOLHA DE LONDRINA

### **TJ impede piquetes de grevistas**

Rubens Chueire Jr. e  
Rodrigo Batista

*Reportagem Local*

Curitiba - O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná concedeu liminar, ao governô do Estado, que impede os servidores da saúde em greve de realizar piquetes e impedir a entrada de trabalhadores nos hospitais da rede pública estadual. A decisão é de sexta-feira. A paralisação entrou ontem no 21º dia.

A ação da Procuradoria do Estado pedia a interrupção do movimento, com fixação de multa, e que os grevistas não criassem barreiras nos estabelecimentos da Secretaria de Saúde (Sesa). O juízo do TJ, porém, determinou somente que os grevistas não podem realizar piquetes nos hospitais e outros estabelecimentos, sob pena de multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento.

Para a presidente do Sindicato dos Servidores de Saúde do Paraná (SindSaude), Elaine Rodela, a decisão não afeta o movimento. "Nós não realizamos piquetes", afirmou.

08 ABR 2014

# FOLHA DE LONDRINA

## Advogado mata filha de 13 anos

### a facadas Homem cometeu suicídio em seguida; polícia investiga motivação do crime

Paulo Monteiro  
Equipe NossoDia

Londrina - "Quando entramos no quintal, vimos ele ainda dando uma facada na garota. Ele deu um sorriso olhando para nós e depois cortou o próprio pescoço", detalhou Ruan Igor Souza, vizinho do advogado Devanyr Dutra da Silva, de 47 anos, que matou a filha de 13 anos e se matou em seguida. A tragédia aconteceu no início da tarde de ontem, em uma casa na Rua Oiapoque, ao lado de uma igreja evangélica, na Vila Nova (área central de Londrina). Até o final da tarde, a motivação do crime não havia sido desvendada pela Polícia Civil.

Souza contou ter ouvido os gritos da adolescente e, na companhia de outros vizinhos, tentou socorrê-la. "Escutamos a menina pedindo pelo amor de Deus para não ser morta, por isso derrubamos o portão para entrar, mas infelizmente não conseguimos evitar as mortes", disse.

De acordo com o outro vizinho, Rafael Roberto da Silva, nenhuma briga ainda havia acontecido na residên-

cia. "Eram pessoas tranquilas e um pouco 'fechadas'. O homem (Devanyr) quase não conversava com os vizinhos", relatou.

Silvana Suzuki Dutra, mãe da adolescente e esposa de Devanyr, estava trabalhando no momento do crime. Ela é agente da Guarda Municipal e, ao saber do fato, precisou ser encaminhada ao Pronto Atendimento Municipal (PAM), após entrar em estado de choque.

O diretor da Guarda Municipal, Osmar dos Santos, contou que Silvana não demonstrava aos colegas estar passando por alguma crise familiar e afirmou desconhecer o que pode ter motivado o homicídio seguido de suicídio.

A arma utilizada nas mortes foi encontrada ao lado dos corpos. O perito do Instituto de Criminalística de Londrina e policiais da Delegacia de Homicídios colheram os primeiros vestígios no local do crime. "Talvez nem a mãe saiba da motivação das mortes. Seu depoimento será tomado após ela se recuperar do estado de choque", adiantou Cláudio Santana, superintendente da Delegacia de Homicídios.

**08 ABR 2014**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **TJ desenvolve projeto de modernização da gestão administrativa**

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná está desenvolvendo um projeto de modernização da administração, por meio da melhoria da eficiência da gestão, com vistas à otimização de gastos e de recursos financeiros e humanos. Essa semana, o Presidente do Tribunal participou de uma reunião onde os detalhes do projeto foram apresentados a desembargadores, magistrados, diretores e servidores de diversas unidades.

“A finalidade do desenvolvimento destas ações é a integração de todos os departamentos, saindo do processo físico para entrar na era virtual, permitindo aos mais diversos setores ter acesso às informações dos projetos que estão sendo desenvolvidos e como todos podem contribuir para o êxito dessas ações”, afirmou o Presidente.



08 ABR 2014

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Criança com deficiência congênita tem direito ao benefício assistencial

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) determinou, na última semana, que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pague benefício assistencial de um salário mínimo a uma criança de três anos que caminha

com dificuldade por ter pé torto congênito bilateral.

A família mora em Tabaí (RS), a 80 quilômetros de Porto Alegre. O pai é cortador de mato, atividade que por depender da safra e do clima lhe dá uma renda

variável de cerca de um salário mínimo mensal. A mãe deixou de trabalhar para cuidar do filho. O núcleo familiar é constituído ainda de mais duas meninas, também menores, filhas apenas da mãe do menor.

### Afastamento de atividades nocivas é tema de repercussão geral

O STF analisará a constitucionalidade de norma que prevê o cancelamento automático da aposentadoria especial de beneficiário que retorne voluntariamente às atividades de trabalho nocivas à saúde, conforme previsão da

Lei 8.213/1991. Esse tema, em discussão no RE 788092, teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual do STF.

O RE foi interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra acórdão do Tri-

bunal TRF-4) que assegurou a uma pessoa o direito à percepção do benefício de aposentadoria especial independentemente do seu afastamento das atividades laborais sujeitas a condições nocivas.

### MP interdita cooperativa por falta de sistema de prevenção e combate a incêndio

A Justiça Estadual determinou a interdição da filial da cooperativa agroindustrial Coopavel no município de Corbélia, localizada no Distrito do Ouro Verde do Piquiri. A decisão, do desembargador Luiz Mateus de Lima, foi proferida com base em ação civil pública ajuizada pela Promotoria de Justiça de Corbélia.

O Ministério Público na comarca explica que a cooperativa, do ramo cerealista, depende de licença do Corpo de

Bombeiros para seu funcionamento. No entanto, as estruturas físicas da filial não oferecem segurança, já que não dispõem de sistema de prevenção e combate a incêndios e tumultos regulares. "Assim, de acordo com a legislação e as exigências dos Bombeiros está inadequada para funcionamento, gerando risco não só aos funcionários como também a toda população do entorno", argumenta o promotor de Justiça Roberto Galvão Faleiros Júnior.

08 ABR 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

# ERROS REVELADOS

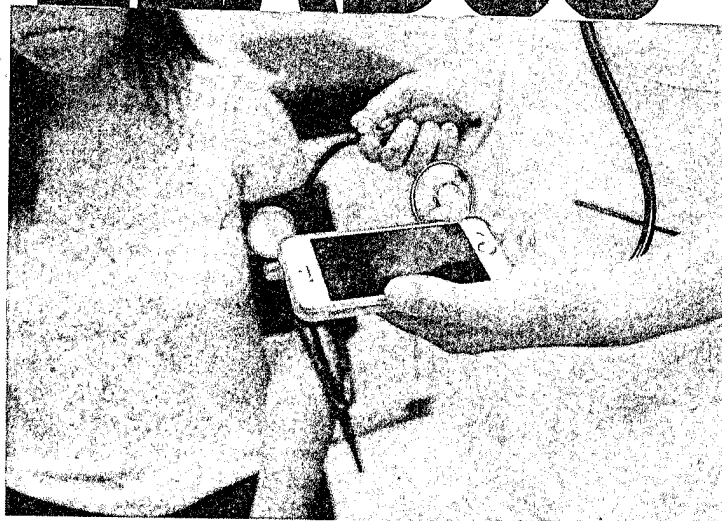
Processos judiciais contra médicos sobem 1.600% em dez anos. Livro expõe drama brasileiro

Eduardo Santana  
esantana@tribunadoparana.com.br

Um número assustador revela a situação do serviço médico prestado no Brasil. De acordo com dados do Superior Tribunal de Justiça, nos últimos dez anos o país teve um aumento de 1.600% no número de processos judiciais envolvendo médicos, além de um crescimento de 180% de profissionais condenados nos tribunais de ética dos Conselhos Regionais de Medicina. 7% dos médicos brasileiros respondem a processos.

O levantamento é do advogado especialista em Direito Médico, Raul Canal, publicado no livro *Erro Médico e Judicialização da Medicina*. “Para apurar esses números realizamos uma série de pesquisas nos sites dos tribunais e em alguns casos fomos até os locais para checar os autos dos processos”, afirma Canal.

No Paraná, segundo a apuração do autor, nos últimos 13 anos o estado teve 175 ações que tramitaram no TJ-PR. Já o Conselho Regional de Medicina informou à **Tribuna** que só no ano passado foram abertas 861 sindicâncias e 115 proces-



Sete em cada cem profissionais da medicina respondem a processos.

so ético-profissionais, com 129 julgamentos realizados.

Segundo Canal, diversos fatores influenciam para que o número de casos de erros médicos tenha aumentado na última década, entre eles o acesso à informação por parte dos cidadãos e a má formação dos médicos nas faculdades espalhadas pelo país. Além disso, “nos últimos anos mais do que dobramos o número de escolas de medicina no país e é lógico que diante esse crescimento não há como formar bons médicos. Muitos deles entram no mercado sem mesmo fazer residência”, explica.

De acordo com o autor, as péssimas condições de trabalhos oferecidas aos médicos em grande parte do país também ajudam a encorpar os dados publicados em seu livro. “Não é nenhum segredo que muitos

hospitais são mal equipados e que os médicos são mal remunerados e trabalham muito além de sua capacidade. Então, como um profissional pode tomar uma decisão, após trabalhar mais de 24 horas seguidas”, alerta Canal.

## ESPECIALIDADES

Entre as especialidades, as que mais recebem denúncias por erros médicos são Ginecologia e Obstetrícia, de acordo com a publicação. Depois, vêm Ortopedia e Traumatologia, seguida de clínica médica. “Por incrível que pareça, a insistência em partos naturais dentro da estrutura a saúde pública é o caso campeão. Há erros crassos na avaliação das gestantes, onde temos casos onde não cabia o parto natural. Houve citações de natimortos ou até de crianças nascendo tetraplégicas”, acrescenta.

CONTINUA

08 ABR 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

## CONTINUAÇÃO

### ERROS MÉDICOS

#### PROCESSOS POR ESPECIALIDADES

▶ Ginecologia e Obstetrícia	27	30,0%
▶ Ortopedia e Traumatologia	13	14,44%
▶ Clínica Médica	10	11,11%
▶ Cirurgia Geral	8	8,89%
▶ Oftalmologia	8	8,89%
▶ Cirurgia Plástica	5	5,55%
▶ Urologia	5	5,55%
▶ Anestesiologia	3	3,33%

#### CONSEQUÊNCIA

Entre as demandas julgadas

▶ Morte	22,91%
▶ Dores	16,67%
▶ Sequelas motoras	13,54%
▶ Sequelas neurológicas	7,29%
▶ Cegueira	6,25%

#### JULGAMENTOS EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

**40%**  
procedentes

#### JULGAMENTOS EM SEGUNDA INSTÂNCIA

▶ Dos 36 processos julgados procedentes em primeira instância, o Tribunal de Justiça do Paraná manteve a decisão em 29 (**80,56%**) e reformou 7 (**19,44%**) para julgar a demanda improcedente.

### MAIORES CONDENAÇÕES NO PARANÁ

VALOR	FATO MÉDICO	DANO
300.000,00	Paciente submetida a mamoplastia, abdominoplastia e lipoaspiração.	Óbito.
250 Salários mínimos	Choque séptico, abdome agudo cirúrgico, abscesso e perfuração do colón durante laparoscopia.	Perda da função reprodutora.
150.000,00	Meningite não diagnosticada antecipadamente.	Óbito.
120.000,00	Tratamento de adenoide, hérnia inguinal e fimose	Sequelas motoras e neurológicas irreversíveis.
100.000,00	Criança com dores de garganta e rouquidão submetida a Tilenol e soro fisiológico, tendo, provavelmente presença de outro medicamento não identificado ao qual reagiu.	Óbito.
100.000,00	Esquecimento de restos placentários no útero da parturiente.	Infecções posteriores.
100.000,00	Paciente com infarto agudo do miocárdio, ausência de atendimento hábil para descomprimir a medula espinhal.	Paraplegia.
100.000,00	Complicações decorrente de infecção após apendicectomia.	Óbito.
130 Salários Mínimos	Osteossíntese e osteotomia com complicações mal realizadas.	Rigidez e perda do movimento do membro superior.
75.000,00	Menor submetida à para a correção de luxação patelar.	Óbito.

CONTINUA

08 ABR 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

## Veja como denunciar

Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia no CRM contra um médico, hospital ou instituição prestadora de serviços médicos. Basta encaminhar a denúncia, com o relato dos fatos, o nome do médico ou da instituição, data e local. Conforme a Constituição Federal e o Código de Processo Ético, o CRM não pode aceitar denúncias não identificadas, por isso há necessidade de que os do-

cumentos estejam devidamente identificados. A denúncia pode ser feita pessoalmente, na sede do Conselho, nas delegacias regionais, ou por carta, enviando a documentação anexada.

Para facilitar, no site do CFM é possível preencher um formulário que gera um documento pronto para ser impresso e encaminhado ao conselho. Basta acessar o link [www.portal.medico.org.br](http://www.portal.medico.org.br). (ES)

## Números condizem com a realidade

Para a advogada Celia Des- tri, presidente da Associação das Vítimas de Erros Médicos (Averme), os números levantados por Canal em seu livro não surpreendem. “A situação está complicada mesmo. Não fico nem um pouco surpresa desses dados só aumentarem com o passar dos anos”, diz Celia, que fundou o órgão após ter problemas durante o processo pós-operatório.

“Fiz uma cirurgia para a retirada de um cisto no ovário e a médica que me operou cortou erroneamente o meu ureter. Com isso, minha urina vazou pela cavidade abdominal, atingindo todos os órgãos. Depois de muito sufoco e um rim perdido, fiquei bem”, conta.

Após a situação, ocorrida em 1990, Celia resolveu fundar a Averme. Hoje, a advogada acon-

selha a todas as pessoas que se sintam prejudicadas num procedimento médico a buscar seus direitos. “Não fiquem na dúvida. Vão atrás do que for preciso para saber o que exatamente aconteceu. Pra isso, sempre tenham todos os documentos e exames em mãos. Em muitos casos faltam papeis e não conseguimos seguir o processo adiante”, ressalta. (ES)

### DENÚNCIAS

Números de sindicâncias e processos no CRM-PR

Ano	sindicâncias	processos
▷ 2003	852	53
▷ 2004	340	92
▷ 2005	500	159
▷ 2006	675	113
▷ 2008	607	70
▷ 2009	581	100
▷ 2010	701	152
▷ 2011	467	172
▷ 2012	561	121
▷ 2013	861	115

Fontes: CRM-PR e Erro Médico e Judicialização da Medicina, por Raul Canal.

CONTINUA

08 ABR 2014

# TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

## Filho de vítima denuncia corporativismo

Olavo Pesch  
olavop@tribunadoparana.com.br

Mais de seis anos após a morte do pai, o enfermeiro José Rodrigues Cabral Junior ainda não desistiu de lutar por justiça no caso em que alega uma sucessão de erros médicos. Conforme a **Tribuna** mostrou em 19 de dezembro de 2012, o pai dele faleceu em 21 de janeiro de 2008, dois meses após passar por uma colonoscopia, onde teve o intestino perfurado. A partir daí, teve várias complicações e não resistiu. O filho dele recorreu a todas as instâncias e, mesmo diante de muitas negativas, segue buscando a responsabilização dos envolvidos nos procedimentos e omissões - nos hospitais Evangélico e Santa Casa.

“A dificuldade não é provar o erro médico, mas a corrupção no sistema. Tudo corrobora para que o médico não seja responsabilizado”, afirma. “No final, o médico sai ileso porque um cobre o outro. É o corporativismo, não só no primeiro escalão”, define.

Segundo ele, o juiz até admitiu que houve erro médico, mas declarou que não foi a causa da morte. “No atestado de óbito consta choque séptico/ assepsia abdominal/ventilação mecânica e o juiz disse que a causa foi infecção pulmonar e que não tinha nada a ver com a perfuração no intestino”, relata. Ele recorreu, mas o pedido foi negado. Então desistiu da esfera judicial.

Junior conta que o CRM-PR arquivou a sindicância e que a Secretaria Municipal de Saúde disse que toda documentação estava de acordo com as leis vigentes e o Código de Ética Médica e encerrou o caso. “Só o Ministério Público do Paraná me apoiou até o momento”, comenta.

A Promotoria de Justiça de Saúde Pública chegou a oferecer denúncia contra o médico, mas até agora o Tribunal de Justiça não se manifestou. Mesmo assim, a promotora pediu arquivamento do inquérito em trâmite no MP. Na segunda-feira, o Conselho Superior do MP aceitou recurso do enfermeiro. Com isso, a investigação está mantida.

Mas a demora no andamento do processo preocupa o enfermeiro. “O tribunal tem que decidir este ano se aceita a denúncia contra o médico, se não acaba arquivando devido ao prazo prescricional do crime”.

08 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Procurador pede a juiz até 24 anos de prisão para réus de acidente da TAM

Denise Abreu, ex-Anac, e ex-diretor da TAM agora são acusados de crime doloso (com intenção)

**Ministério Público pediu absolvição do terceiro réu, por falta de provas; ação penal será julgada neste ano**

RICARDO GALLO  
DE SÃO PAULO

O Ministério Público Federal pediu à Justiça a condenação de Denise Abreu, ex-diretora da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), a até 24 anos de prisão, em regime fechado, pelo acidente da TAM, em julho de 2007.

A mesma punição foi pedida para Marco Aurélio Miranda, diretor de segurança da TAM na ocasião do desastre, que aconteceu no aeroporto de Congonhas (zona sul de SP) e foi o pior registrado no país, com 199 mortos.

Ao aterrissar, o Airbus A320 não conseguiu parar, atravessou a pista e explodiu.

Os advogados dos dois negam que eles tenham responsabilidade pelo acidente.

### MUDANÇA

Foi a última manifestação do Ministério Público na ação criminal sobre o acidente antes de a sentença sair. Agora, a defesa terá 45 dias para apresentar argumentação. Depois, o juiz dará a decisão.

O procurador da República Rodrigo de Grandis mudou a estratégia em relação ao início da ação, em julho de 2011.

Ele agora pede a condenação de Denise e Marco por atentado doloso contra a segurança do transporte aéreo —ambos assumiram o risco de haver um acidente, diz.

Na prática, isso pode aumentar a pena. Se condenados de acordo com o pedido, estarão sujeitos a um período entre 8 e 24 anos de prisão —em regime fechado.

Até então, a acusação era culposa, sem intenção de dano. A pena era menor (de 4 a 12 anos) e poderia ser cumprida em regime aberto.

Segundo o Ministério Público, a mudança se deu pelos “elementos colhidos e os depoimentos” no processo.

A Procuradoria acusa Denise de negligenciar o fato de a pista ter tido problemas de atrito meses antes. Ela usou norma em estudo para liberar a pista para alguns tipos de avião. A pista fora interdita em fevereiro de 2007.

Já Marco Aurélio recebeu de pilotos a informação de que a pista estava escorregadia antes do acidente e nada fez, diz o Ministério Público.

A Procuradoria pediu a absolvição do terceiro réu denunciado em 2011, Alberto Fajerman, por falta de provas.

A investigação da Aeronáutica concluiu que o acidente ocorreu porque o avião acelerou em vez de frear —um dos reversores (dispositivo que ajuda a frear) estava inoperante. A falta de norma que proibisse pousos com reverso inoperante contribuiu para a tragédia, apontou a investigação.

**Denise Abreu é “bode expiatório”, afirma advogado**

Denise Abreu é tratada como “bode expiatório” ao ser responsabilizada pelo acidente da TAM, disse o advogado dela, Roberto Podval.

Ele diz acreditar na absolvição de Denise, pré-candidata à Presidência pelo PEN.

Sobre o estudo que fez a Justiça liberar voos em Congonhas, Podval diz que isso não contribuiu para a tragédia. A decisão da Justiça não proibia que Airbus A320 como o acidentado pousassem. “Com aquela norma ou sem, os Airbus poderiam pousar.”

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, advogado de Marco Aurélio Santos, afirma que seu cliente não tinha poder para fechar a pista do aeroporto, atribuição da Infraero.

Também defensor de Alberto Fajerman, ele diz que o procurador agiu certo ao pedir sua absolvição. A TAM não falará sobre o processo.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**ACIDENTE COM AIRBUS DA TAM**  
Entenda o caso

# 08 ABR 2014

- 17.jul.2007  
Acidente com Airbus da TAM mata 199
- 14.jul.2011  
Justiça aceita denúncia da Procuradoria contra a ex-diretora da Anac Denise Abreu e o ex-diretor da TAM Marco Aurélio Miranda
- 4.abr.2014  
Procuradoria pede pena de até 24 anos de prisão para a ex-diretora da Anac e o ex-diretor da TAM

### QUEM É QUEM



**Denise Abreu**  
ex-diretora da Anac



**Marco Aurélio Miranda**  
ex-diretor da TAM

- > Procuradoria pede condenação para os dois por atentado doloso (com intenção) contra a segurança do transporte aéreo
- > Para o Ministério Público Federal, eles assumiram o risco de expor a perigo os aviões em Congonhas à época do acidente



**Alberto Fajerman**  
vice-presidente de operações da TAM à época do acidente

Também foi denunciado em 2011, mas, segundo a Procuradoria, não há elementos para sua condenação. Por isso, o Ministério Público Federal pediu sua absolvição

08 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

### **Barbosa critica falta de pluralidade e quer regulação da mídia**

DO RIO - O presidente do STF, Joaquim Barbosa, defendeu ontem —no seminário sobre Justiça e liberdade de expressão organizado pela Unesco (entre outras entidades)— a regulação dos meios de comunicação e criticou a falta de diversidade ideológica e racial em jornais e TVs.

O ministro negou que a regulação seja uma forma de censura: “Não defendo censura, nada disso”. Para ele, um marco legal ajudaria juizes a resolver conflitos entre mídia e pessoas afetadas.

“Normatização, regulação, seja ela do Estado ou autorregulação, é importante”, disse.

Barbosa avalia que a falta do marco legal “só serve ao mais forte, a quem tem o poder e o dinheiro”.

Ele criticou a “falta de diversidade” na mídia: “Precisamos de visões mais plurais. Vocês não acham que a informação no Brasil não é repetitiva?”

### **PAINEL**

**Jurisprudência** O pedido de 2006 incluía a quebra de sigilo do caseiro Francenildo Costa, as relações empresariais do filho de Lula e a prisão de um assessor petista com dinheiro na cueca. O caso será citado pela oposição no recurso ao STF para tentar garantir a CPI da Petrobras.



08 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

VLADIMIR SAFATLE

## Menos prisões

O número aproximado de pessoas presas no Brasil é de 550 mil. Trata-se do quarto maior contingente do mundo, atrás apenas dos EUA, da China e da Rússia.

Desses, pouco mais de 10% estão presos por homicídio (simples ou qualificado). Nos outros 90% encontram-se picadores, pessoas que “desacataram” a autoridade policial e ladrões de quase todo o tipo (os que dilapidam o erário público e corrompem funcionários estão em outro lugar).

Um dos maiores grupos, a saber, 138 mil pessoas, representa aqueles presos por problemas ligados a drogas; na maioria das vezes são casos que, com um pouco de boa vontade, um sobrenome “classe média alta” e um bom advogado, seriam vistos como consumo, não como tráfico.

Apesar dessa população carcerária em crescimento vertiginoso (lembre-se que há 20 anos haviam “apenas” 129 mil presos), apesar da polícia brasileira matar a esmo, nem a sensação de segurança aumentou, nem os números de crimes diminuíram. O que mostra como o Brasil é a maior prova da ineficácia brutal da política massiva de encarceramento.

Assim, quando as campanhas eleitorais começam, sempre há alguém a prometer maior número de vagas em cadeias, construção de mais presídios e, como se diz, uma política dura de “guerra” contra o crime. No entanto, seria o caso de insistir que esse encarceramento massivo é caro, burro e completamente ineficaz.

Se por volta de 60% dos encarcerados reincidem no crime, é porque as condições medievais das cadeias, a humilhação cotidiana e o contato com o crime organizado acabam por anular qualquer esperança de reorientação. É no encarceramento sistemático de sua população pobre que o Brasil demonstra sua verdadeira face totalitária.

Levando isso em conta, há de se lembrar que o Brasil não precisa de mais vagas nas cadeias. Ele precisa de menos pessoas presas. Na verdade, as autoridades do nosso país normalmente prendem quem não precisa e deixam solto quem deveria estar na cadeia.

Neste sentido, uma verdadeira discussão a respeito da descriminalização de drogas leves, nos moldes do que vimos ser feita de maneira corajosa no Uruguai, seria algo muito mais eficaz para encontrar respostas aos problemas prisionais do Brasil do que as velhas propostas que sempre ouvimos. Uma política massiva de transformação de penas em trabalhos comunitários e soluções alternativas seria, por sua vez, algo não apenas mais humano, mas simplesmente mais eficaz.

No entanto, como há uma parcela canina da população, que tem orgasmos quando vê o porrete da polícia acertar a cabeça de alguém que ela não conheça, colocar tal debate não é das coisas mais fáceis.

VLADIMIR SAFATLE escreve às terças-feiras nesta coluna.

08 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

### Bicheiros, doleiros e amigos

**BRASÍLIA** - O que André Vargas e Demóstenes Torres têm em comum?

Demóstenes, procurador que virou senador do DEM e arauto da moralidade no Congresso, era amigo do bicheiro Carlinhos Cachoeira, preso na operação Monte Carlo da Polícia Federal. André Vargas, vice-presidente da Câmara que foi secretário de Comunicação do PT, é amigo do doleiro Alberto Youssef, preso pela operação Lava a Jato da mesma PF.

Demóstenes começou a cair por causa de um fogão e uma geladeira que ganhara de presente de casamento do amigo bicheiro. André Vargas, famoso depois de levantar o punho em desacato ao presidente do Supremo numa sessão na Câmara, caiu por pedir emprestado o avião do amigo doleiro para passear.

O fogão de Demóstenes esquentou e a geladeira não esfriou as apurações da PF e da imprensa sobre as relações perigosíssimas entre o senador e o bicheiro, que incluíam centenas de ligações telefônicas, um celular antigampo e bons serviços pres-

tados pelo político ao amigo no Executivo, no Judiciário e no Legislativo. Já o avião emprestado para Vargas pousou em mensagens, divulgadas pela revista "Veja", em que o deputado e seu amigo discutiam como tirar vantagem do Ministério da Saúde —logo da Saúde?!— e conquistar "independência financeira".

Demóstenes esperneou até virar pó na política. Vargas produziu cenas vexaminosas, subindo à tribuna para dizer que pedir avião emprestado (não se pede nem carro...) foi uma mera "imprudência". Ontem, ele pediu licença do mandato e da vice-presidência da Câmara, o que é um passo para a renúncia.

A desgraça de André Vargas poderá ou não respingar sobre as campanhas do PT no Paraná, mas certamente irá influenciar a eleição para a presidência da Câmara em 2015.

Sem o petista Vargas na disputa, o pemedebista Eduardo Cunha —espinho no sapato de Dilma— passa a liderar todas as apostas em Brasília.

08 ABR 2014

# FOLHA DE S. PAULO

## Alckmin mantém procurador de Justiça

Rosa havia vencido no sábado eleição interna do Ministério Público paulista

**Entre os casos que o órgão terá de apurar neste ano está o cartel dos trens, que envolve a gestão tucana em SP**

**FLÁVIO FERREIRA**  
DE SÃO PAULO

O procurador de Justiça Márcio Elias Rosa foi escolhido pelo governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) para chefiar o Ministério Público estadual por mais dois anos.

Vencedor da eleição interna da instituição contra o procurador de Justiça Luiz Antonio Guimarães Marrey, Elias Rosa teve seu nome cancelado ontem pelo governador.

No processo sucessório deste ano, Alckmin respeitou a tradição de apontar para o cargo de procurador-geral de Justiça o candidato mais votado pelos promotores e procuradores de São Paulo.

De acordo com a lei, o chefe do Executivo paulista pode escolher para o posto má-

ximo do Ministério Público qualquer um dos três mais votados no pleito interno da instituição. Neste ano, porém, somente Rosa e Marrey registraram candidaturas.

Na eleição anterior, realizada em 2012, Elias Rosa havia sido superado pelo candidato Felipe Locke, mas mesmo assim foi conduzido ao cargo pelo governador.

No pleito, realizada no último sábado, Elias Rosa obteve 1.095 votos no colégio eleitoral formado por promotores e procuradores, contra 791 votos de Marrey.

Elias Rosa vai comandar o maior Ministério Público estadual do país, com orçamento anual de R\$1,7 bilhão e quadro que conta com 1.708 promotores, 297 procuradores e 5.454 servidores.

A instituição é responsável por investigar a participação de políticos e servidores em esquemas de corrupção e cartel em licitações de trens no Estado de 1998 a 2013, nas gestões de Mário Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB.

**Alckmin põe aliado de Feliciano na área de direitos humanos**

DE SÃO PAULO - O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), nomeou Gilberto Nascimento Jr., do PSC, para a secretaria-adjunta da Justiça e da Defesa da Cidadania.

A pasta cuida das políticas de direitos humanos, como valorização de minorias e diversidade sexual, e assistência a dependentes químicos. Sua titular é Eloísa Arruda. A secretaria-adjunta é o segundo posto na hierarquia da pasta.

O PSC é o partido do deputado Marco Feliciano, que causou polêmica na Comissão de Direitos Humanos da Câmara por suas posições conservadoras. Questionado, Gilberto Nascimento, presidente do PSC-SP, disse que Nascimento Jr. e Feliciano são pessoas diferentes.

08 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Elias Rosa defende combate à intolerância

Procurador propõe criação de sistema de registro de armas que não admita adulteração

O procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, falou à **Folha** sobre o trabalho que pretende desenvolver no próximo biênio. (FLÁVIO FERREIRA)

☆

**Folha - Qual será a primeira medida de sua nova gestão?**

Márcio Elias Rosa - Vamos debater no Órgão Especial do Ministério Público os projetos de criação de promotorias especializadas na área de educação e para o enfrentamento da violência doméstica e de gênero, na capital, e promotorias regionais nas áreas de saúde e educação no interior.

**Como pretende viabilizar a mudança de regras eleitorais do Ministério Público para que promotores possam concorrer ao cargo de chefe da instituição, que hoje só pode ser disputado por procuradores?**

Já apresentei proposta no Órgão Especial e agora vamos retomar as discussões. Temos duas frentes: buscar a aprovação pelo Órgão Especial e realizar uma consulta à classe, envolvendo todos os promotores e procuradores.

**Quais assuntos de interesse da sociedade serão priorizados em sua administração?**

Vamos priorizar duas campanhas. Uma será contra qualquer forma de intolerância, e a outra, mais específica, será de mobilização para a necessidade de criação de um sistema de registro de armas de fogo que não admita adulteração, inclusive com a colaboração dos fabricantes. Essa última pode reduzir o comércio ilegal e a utilização das armas em crimes como latrocínios.

**Qual será a sua posição em relação às investigações sobre supostos atos de corrupção envolvendo políticos e servidores do governo do PSDB que o escolheu para o cargo de procurador-geral?**

A mesma que eu já vinha adotando, a de total independência. Vamos continuar apoiando os promotores que já estão trabalhando, para que haja uma conclusão rápida. Se verificarmos casos que sejam de atribuição do procurador-geral vamos prosseguir nas apurações sem qualquer retrocesso.

**Que medidas pretende adotar no combate à corrupção?**

Já criamos em janeiro, em São Paulo, um fórum permanente de combate à corrupção em parceria com a polícia e órgãos do Executivo. Agora vamos realizar uma campanha para buscar a adesão de administrações municipais ao fórum. As prioridades são para os temas dos cargos em comissão e dos processos de licitação e contratação, com o incentivo à implantação de controladorias municipais. A ideia é gerar prevenção. Outra meta é criar, ao longo deste ano, núcleos regionais de apoio às investigações para auxiliar os promotores.

08 ABR 2014

## FOLHA DE S. PAULO

# Evidências científicas e direitos das mulheres

SIMONE G. DINIZ E PRISCILA CAVALCANTI

Adelir, 29 anos, queria muito um parto vaginal, o que não foi possível com seus dois primeiros filhos. Desta vez, teve o apoio de uma doula, do marido e dos movimentos sociais que democratizam a informação baseada em evidências científicas e em direitos das gestantes.

Descobriu que, em outros países, uma mulher com uma ou mais cesáreas pode ter um parto vaginal, assim como as que têm um bebê sentado, como o seu, e que existem protocolos para esses casos. Descobriu que, no Brasil, a maioria dos profissionais desconhece tais protocolos e acredita que essas são indicações absolutas de cesárea.

No dia 31 de março, ela procurou o hospital, onde confirmou que o bebê estava bem, assinou um termo de responsabilidade e preferiu ter o trabalho de parto em casa. Sabia que se chegasse ao hospital antes de o parto estar avançado, seria forçada a uma cesárea. A médica que a atendeu, inconformada, argumentando com a “defesa da vida do nascituro”, procurou o Ministério Público, que acionou a Justiça. Determinou-se que policiais armados buscassem Adelir em sua casa de madrugada e a conduzissem à força ao hospital

O caso evidencia violações do código de ética médica como a falta de consentimento da gestante sem que houvesse iminente risco de morte

para ser submetida à cesariana.

Por que o desejo de ter um parto vaginal provoca tanto horror nos profissionais de saúde e por que a enorme maioria deles adere ao modelo da cesárea de rotina? Na formação dos profissionais, assim como na cultura sexual-reprodutiva brasileira, com forte viés religioso e misógino, o parto vaginal é considerado insuportável, arriscado, danoso à sexualidade e, por muitos, primitivo, nojento, vergonhoso, indigno, a ser evitado sempre que possível.

Talvez isso explique por que no Brasil, na assistência ao parto vaginal, permaneçam procedimentos obsoletos como a episiotomia (corte da vagina), o uso de drogas para aceleração do parto sem protocolos de segurança, a manobra sobre o útero para forçar a saída do bebê, além da imobilização em posições antifisiológicas. Isso sem mencionar as várias formas de abuso e violência en-

frentadas por um quarto das parturientes (e mais da metade das mulheres com aborto incompleto).

Considerando os setores público e privado, apenas uma entre seis mulheres consegue ter acompanhantes no parto conforme a lei. A falta de continuidade do cuidado e de privacidade são a regra, especialmente no setor público. Movimentos sociais denunciam: “Chega de parto violento para vender cesárea”.

O caso tem repercussão internacional por expor o inaceitável desrespeito ao direito à autonomia da gestante, à privacidade, à legalidade, à não-violência e a tratados internacionais. Ele evidencia violações do código de ética médica como a falta de consentimento da gestante sem que houvesse iminente risco de morte. A juíza que concedeu a liminar irreversível o fez baseada em laudo passível de contestação.

Triste, o caso traz ao menos a oportunidade de diálogo sobre a assistência ao parto, as evidências científicas e os direitos das mulheres.

**SIMONE G. DINIZ** é professora de saúde materno-infantil na Faculdade de Saúde Pública da USP

**PRISCILA CAVALCANTI** é membro da ONG Artemis, que busca erradicar a violência contra mulheres

08 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

MIRIAN GOLDENBERG

## Cúmplices da violência

**As mulheres são acusadas de serem responsáveis pela violência física, psicológica e simbólica que sofrem**

*É IMPOSSÍVEL não comentar a celeuma provocada pela pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).*

*O instituto afirmou, entre outros resultados, que 87,8% dos pesquisados concordam (total ou parcialmente) que “toda mulher sonha em se casar”; que “os homens devem ser a cabeça do lar” (63,8%); que “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos” (59,5%); que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (58,5%); que “tem mulher que é para casar, tem mulher que é para cama” (54,9%) e que “a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo quando não tem vontade” (27,2%).*

*As mulheres foram a maioria dos 3.810 pesquisados (66,5% da amostra). O mais chocante foi constatar que grande parte das pesquisadas concordava com frases estereotipadas, preconceituosas e violentas contra as mulheres.*

*Apesar das críticas à amostra, à metodologia e à forma como as perguntas foram feitas — e do fato de o Ipea ter errado e afirmado que 65,1% dos pesquisados concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (e não 26%, como corrigiu posteriormente)—, o acalorado debate foi importante para refletir sobre a cultura da violência existente no Brasil.*

*Tomara que os graves problemas da pesquisa não enfraqueçam a necessária discussão sobre a violência contra a mulher brasileira.*

*A realidade cotidiana de inúmeras brasileiras pode ser ainda mais preconceituosa, cruel e violenta do que aquela que foi mostrada pela pesquisa do Ipea.*

*É inegável que muitas mulheres ainda aceitam que um homem (ou outra mulher) controle seu corpo, comportamento, sexualidade e roupa. Aquelas que não se comportam ou não se vestem “adequadamente” são estigmatizadas socialmente, apesar de ninguém saber qual é o tamanho “adequado” da saia, do decote ou do biquíni que uma mulher brasileira deve usar para ser respeitada.*

*Elas são frequentemente acusadas de serem responsáveis pela violência física, psicológica e simbólica que sofrem.*

*Será que, após tantas polêmicas, as mulheres que endossam essas ideias preconceituosas perceberam que estão reproduzindo posturas de submissão feminina e sendo cúmplices da violência que elas também sofrem?*

MIRIAN GOLDENBERG é antropóloga, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora de “A bela velhice” (Ed. Record)

[www.miriangoldenberg.com.br](http://www.miriangoldenberg.com.br)



Camargo volta a ser conselheiro do TCE, amparado por uma liminar do STF

## Tribunal de Contas reconduz Fábio Camargo ao cargo

Decisão foi oficializada pelo TCE nesta segunda

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) reconduziu nesta segunda-feira (7) o conselheiro Fábio Camargo ao cargo do qual ele estava afastado desde novembro de 2013. Após receber a notificação

da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou o retorno de Camargo à função, a presidência do TCE-PR assinou ato dando cumprimento à reintegração.

Desta forma, Camargo

volta a integrar a composição do Tribunal Pleno do TCE-PR, bem como a 2ª Câmara de Julgamentos. Foi justamente pela condição de vitaliciedade que o ministro do STF Gilmar Mendes decidiu, na noite

de sexta-feira (4), por conceder a liminar. Segundo Mendes, a perda de cargo nesta circunstância só pode ser decretada após a o processo transitar em julgado, ou seja, se esgotarem as possibilidades de recursos.

08 ABR 2014

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça declara ilegal a greve dos servidores da Saúde

Secretaria da Saúde entrou com medida judicial na semana passada

O Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Paraná (SindSaúde) recebeu nesta segunda-feira (07), por meio de oficial de justiça, a notificação de que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná deferiu liminar considerando ilegal o movimento de greve deflagrado em 18 de março de 2014.

Na última sexta-feira (4), a Secretaria de Estado da Saúde ingressou com a medida judicial contra o movimento e o juiz Sérgio Luiz Patitucci considerou que “a greve deflagrada pelo Sindsaúde não observou os ditames da Lei nº 7.783/1989” e determinou o retorno imediato ao trabalho de todos os servidores grevistas.

A decisão judicial determina também a proibição de qualquer ato por parte dos grevistas que impeça ou limite o acesso às unidades hospitalares do Estado ou unidades de tratamento de saúde, ou que prejudique o direito de ir e vir e de trabalho dos funcionários destas unidades. Em caso de descumprimento da decisão judicial, foi definida multa diária de R\$ 50 mil.



08 ABR 2014

## BEMPARANÁ

### Erro médico

O advogado especialista em Direito Médico, Raul Canal, lança na quinta-feira, na Universidade Positivo em Curitiba, o livro Erro Médico e Judicialização da Medicina. A publicação faz uma análise profunda sobre o polêmico e preocupante tema "erro médico". De acordo com a publicação, 145 processos tramitam no TJ do Estado. O livro apresenta um panorama sobre o crescimento de mais 1.600% de processos judiciais nos últimos 10 anos que envolvem médicos só no Superior Tribunal de Justiça, além do aumento em 180% de profissionais condenados nos tribunais de ética dos Conselhos Regionais de Medicina.

### Retorno

O ex-deputado estadual Fábio Camargo reassumiu ontem o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Na última sexta-feira, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar a Camargo suspendendo decisão da Justiça paranaense que havia determinado seu afastamento do tribunal.

08 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Os negócios de Vargas

**O** vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT-PR), é um pândego. Mas gosta de negócios. Na abertura do ano legislativo, em 3 de março, sentado à mesa diretora dos trabalhos, por causa do cargo que ocupa, ao lado do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, ele posou para fotografias erguendo o punho direito fechado. O gesto, usado na Olimpíada do México, em 1968, por atletas negros para protestar contra a discriminação racial, foi repetido pelos petistas condenados no processo do Mensalão pelo STF como forma de protesto contra a decisão do Poder Judiciário. Apesar da quebra de decoro evidenciada pelo desrespeito ao chefe de um Poder da República, a atitude, interpretada como galhofa, não foi punida nem com uma advertência.

Algum tempo depois, contudo, a Nação foi informada de que Vargas tinha quebrado o decoro em atitudes que atentam contra a honestidade exigida de um representante do povo. Há uma semana, a *Folha de S. Paulo* revelou que ele viajou de Londrina (PR) para João Pessoa (PB) em jato particular fretado pelo doleiro Alberto Youssef, protagonista de escândalo investigado pela Polícia Federal (PF) na Operação Lava Jato. No caso, este é acusado de ter “lavado” R\$ 10 bilhões em negócios ilícitos com a Petrobrás, sob a égide do ex-dire-

tor de abastecimento Paulo Roberto Costa – como ele, preso.

Pilhado, o pândego não pisou: explicou que é amigo de Youssef há 20 anos, mas não sabia de onde este tirava seu sustento nem que tinha contas a acertar com a Justiça. Alegou que arcou com parte do custo da viagem com a família, calculado em R\$ 100 mil, pagando o combustível consumido no voo, o equivalente a R\$ 20 mil. E justificou-se reclamando dos altos custos de viagens em aviões de carreira.

No dia seguinte, véspera de 1.º de abril, popularmente celebrado como o “dia da mentira”, subiu à tribuna para se dizer arrependido. “Em relação ao avião, reconheço: fui imprudente. Foi um equívoco. Deveria ter exigido um contrato. Deveria ter quitado. Peço desculpas por ter exposto a família”, disse. Reconheceu haver pedido o favor ao pagante e mudou a versão sobre o reembolso do voo dizendo que tentou pagar pelo serviço. Mas descobriu que o avião havia sido fretado e não teria como arcar com as despesas com combustível.

Antes que a semana acabasse, contudo, os cidadãos que remuneram o parlamentar foram informados de que o favor do doleiro eram lanas caprinas na relação entre este e Vargas. Em documentos do inquérito da PF vazados para a imprensa está reproduzida a gravação de uma troca de mensagens por celular, em setembro de 2013, em que é relatada a atuação de Vargas para favorecer o labora-

tório Labogen, de propriedade do doleiro, no fornecimento de medicamentos ao Ministério da Saúde. A maracutaia consistia em forçar a associação da empresa de fachada de Youssef com a EMS, indústria farmacêutica especializada na produção de remédios genéricos.

“Cara, estou trabalhando, fica tranquilo, acredite em mim. Você vai ver quanto isso vai valer tua independência financeira e nossa também, é claro”, escreveu Youssef. O deboche virou apelo dramático no dia seguinte, 20 de setembro, quando o doleiro escreveu: “Estou enforcado. Preciso de ajuda para captar... Tô no limite”. O petista respondeu, curto, direto e sem dúvidas: “Vou atuar”.

Tenta-se, agora, uma saída honrosa para o pândego imprudente que não honrou seu mandato popular: licenciar-se da vice-presidência da mesa que dirige os trabalhos na Câmara. Pelo visto, o deboche do deputado contagiou seus pares. Pois, embora o negócio entre a empresa fantasma do doleiro e o Ministério da Saúde, à época comandado por Alexandre Padilha, candidato do PT ao governo de São Paulo, não tenha sido realizado, as evidências da “atuação” de um representante do povo num negócio escuso não podem ser punidas com um afastamento pro forma até o caso ser esquecido. O mínimo que se espera num escândalo acintoso como este é a cassação do mandato de André Vargas, seguida, é claro, de um processo penal na Justiça.

08 ABR 2014

## O ESTADO DE S. PAULO

### Governador decide manter procurador-geral de Justiça

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) nomeou ontem Marcio Fernando Elias Rosa para novo mandato de procurador-geral de Justiça de São Paulo. Elias Rosa conquistou sábado a reeleição para chefiar o Ministério Público paulista por mais dois anos. Ele obteve 1.095 votos contra 791 de seu oponente, Luiz Antonio Guimarães Marrey.

Alckmin telefonou para a Procuradoria às 14h32 e comunicou a Elias Rosa sua decisão de reconduzi-lo ao cargo. “Recebi com naturalidade a nomeação”, disse o procurador. “O resultado da eleição indicou que a classe deseja a continuidade de projeto institucional em favor da sociedade”, justificou.

Elias Rosa pretende agilizar as investigações sobre o cartel metroferroviário que teria atuado em São Paulo entre 1998 e 2008. Ele planeja ampliar a estrutura do Grupo de Combate a Delitos Econômicos, da Promotoria do Patrimônio Público e dos núcleos de apoio às investigações com a admissão de profissionais que serão contatados por meio de concurso público –

em janeiro, a Assembleia Legislativa aprovou projeto de lei que prevê a contratação de 120 analistas técnico-científicos, todos com formação superior.

Ele anunciou que vai retomar já na próxima semana, perante o Colégio de Procuradores do Órgão Especial, a discussão sobre a criação de promotorias regionais em todo o Estado com atuação exclusiva nas áreas de saúde e educação. Na Capital, a meta é instalar promotorias especializadas para as áreas da educação e violência doméstica, com cerca de 30 promotores.

O procurador-geral informou que o Ministério Público paulista vai lançar, em 45 dias, duas campanhas de grande impacto, a exemplo da que ele liderou, em 2013, contra a PEC 37, que excluía a promotoria das investigações criminais. Uma campanha é contra “toda e qualquer forma de intolerância”. Outra para instituição do “DNA das armas de fogo”. “Um registro geral para reduzir o comércio ilícito de armas de fogo e consequente redução dos casos de latrocínio.” / **FAUSTO MACEDO**

### Advogado pede liberdade para motorista que atropelou e matou seis em Sorocaba

O advogado Mário Del Cistia Filho entrou ontem com habeas corpus para que o comerciante Fábio Hiroshi Hattori, de 27 anos, que anteontem atropelou e matou seis jovens e deixou outros seis feridos, em Sorocaba (SP), responda ao processo em liberdade. Ele alega que o acusado não tem antecedentes e não representa risco para a sociedade. Segundo a Polícia Militar Rodoviária, Hattori dirigia embriagado.

O acidente foi no km 107 da Rodovia Raposo Tavares. O

motorista tentou desviar de duas pessoas que atravessavam a pista e perdeu o controle, atingindo o grupo no acostamento. Três feridos continuam internados em estado grave.

As vítimas tinham saído de uma festa, a Neon Paint Party, que também será investigada. O evento foi em uma chácara à beira da rodovia. A CCR Viaoeste informou que não houve comunicação prévia da festa à Polícia Rodoviária, o que é uma obrigação legal.

### Três são presos por pedofilia em Guarulhos

A Polícia Civil prendeu na manhã de ontem um professor e um diagramador suspeitos de pedofilia em uma escola pública de Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo. Os dois e um outro professor, que foi preso em fevereiro, trocariam imagens de alunos entre 15 e 18 anos sem roupa. Segundo a denúncia, os adolescentes seriam assediados com dinheiro e oferta de aumento das notas escolares. O inquérito já identificou 28 vítimas – quatro teriam praticado sexo com os suspeitos.